



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

28/03/2023

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



Arroz, feijão e ovos pressionam preço de alimentos no Brasil

Os preços internacionais dos alimentos estão nos menores patamares em 17 meses, de acordo com a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura). As commodities brasileiras com bom trânsito no mercado externo mantêm essa mesma tendência, acompanhando os preços externos.

Mesmo assim, o custo dos alimentos básicos não dá trégua ao bolso dos consumidores no mercado interno. Voltaram a subir no acumulado dos últimos 30 dias, conforme pesquisa divulgada pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

Na terceira quadrissemana de março, que aponta a variação dos preços dos últimos 30 dias terminados no dia 23 em relação aos 30 imediatamente anteriores, os alimentos subiram 0,51%. É a quinta alta semanal seguida.

Mesmo com essa sequência de alta, os alimentos poderão terminar os últimos 12 meses com patamar acumulado inferior a 10%. Isso não ocorria desde janeiro do ano passado. A Fipe divulgará os dados referentes a março no início de abril.

Após ter atingido um patamar muito elevado, os alimentos pararam de subir, mas ainda estão distantes dos valores normais de há quatro anos.

Atualmente, o aumento tem sido provocado basicamente por alimentos cuja produção fica no mercado interno, como arroz, feijão, verduras, frutas e legumes.

A pressão dos alimentos poderá voltar com maior intensidade nas próximas semanas, principalmente por causa das proteínas. Com a reabertura do mercado da China para a carne bovina (anunciada na semana seguinte à suspensão automática das exportações em razão de caso de vaca louca no Brasil, que acabou se confirmando atípico) e devido a novos problemas sanitários no setor de carne suína no país asiático, o apetite chinês deverá dar novos preços ao mercado interno brasileiro.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 28 de março.

Remédios devem ter reajuste de 5,6% a partir de abril

Os remédios devem subir 5,6% a partir de abril, segundo estimativa do Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos). O reajuste é feito uma vez por ano e será definido pela CMED (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos) nesta sexta-feira (31).

O aumento entra em vigor após a publicação no Diário Oficial da União (DOU), o que deve ocorrer em 3 de abril.

"Normalmente a farmacêutica demora dez dias. Já as farmácias dependem do estoque e da estratégia comercial que elas têm. Aumentos de preço podem demorar meses ou nem acontecer", destaca o presidente-executivo do Sindusfarma, Nelson Mussolini, que recomenda o consumidor a pesquisar os preços.

No ano passado, o aumento autorizado foi de 10,89%, o segundo maior desde 2012. O reajuste é estabelecido basicamente pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que foi de 5,6% entre março de 2022 e fevereiro de 2023. Além do índice, a CMED leva em consideração fatores como concorrência, produtividade e aumento de produtos que não entram no cálculo do IPCA.

Em sete estados do país, esta será a segunda vez que os medicamentos sobem de preço neste ano. Em março, houve reajuste na Bahia, Piauí, Paraná, Pará, Sergipe, Amazonas e Roraima em virtude da elevação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

De acordo com o Sindusfarma, a expectativa é que o reajuste não tenha níveis diferentes. "Como o fator de produtividade foi zero, o aumento deve ser linear neste ano. Porém não quer dizer que todo medicamento subirá 5,6%. Se há um remédio com muita concorrência de genéricos, a indústria costuma subir o mínimo possível", explica Mussolini.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 28 de março.

Confiança do consumidor tem recuperação em março, diz FGV

A confiança dos consumidores brasileiros teve recuperação em março após duas quedas consecutivas, mas a tendência para os próximos meses segue incerta, disse a FGV (Fundação Getulio Vargas) nesta segunda-feira (27).

O ICC (Índice de Confiança do Consumidor) da FGV teve alta de 2,5 pontos neste mês, para 87,0 pontos, movimento que foi atribuído pela instituição a uma melhora da percepção sobre o momento presente e também sobre os próximos meses.

O ISA (Índice de Situação Atual) avançou 2,7 pontos em março, para 72,0 pontos, o melhor resultado desde outubro passado (74,5 pontos).

Já o IE (Índice de Expectativas) subiu 2,2 pontos, para 98,0 pontos.

"Contudo, apesar do resultado positivo, os movimentos são bastante heterogêneos e talvez contraditórios entre faixas de renda, o que ainda dificulta a sinalização de uma tendência mais clara para os próximos meses", ponderou em nota Viviane Seda Bittencourt, coordenadora das sondagens.

"O cenário econômico se mantém com taxas de juros elevadas, resiliência da incerteza e desaceleração do mercado de trabalho com redução da atividade. Sem alterações significativas, é possível continuar patinando em torno de um mesmo patamar de confiança nos próximos meses."

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 28 de março.

Venda da Eletrobras está consolidada, diz ministro das Minas e Energia

O ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou durante evento em São Paulo nesta segunda (27) que considera a privatização da Eletrobras um fato consumado e que uma eventual judicialização depende do governo.

Ele afirmou que considera o processo de privatização injusto com o Brasil, mas que cabe ao governo cobrar para que a empresa funcione adequadamente.

"Como ministro, preciso trabalhar com a empresa na situação jurídica em que ela se encontra", afirmou.

Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criticou a privatização da Eletrobras e afirmou esperar que um dia o governo volte a ser proprietário da companhia. O petista disse ainda que a passagem do controle para a iniciativa privada foi um "crime de lesa pátria".

"O que foi feito na Eletrobras foi um crime de lesa-pátria. Privatizar uma empresa daquele porte. Você utilizou o dinheiro para quê?", questionou o presidente.

Em fevereiro, o mandatário já havia afirmado que a AGU (Advocacia-Geral da União) iria questionar o contrato de privatização da Eletrobras.

Nesta segunda, Silveira também reforçou a importância do setor de mineração. Ele disse que, apesar dos retrocessos nos últimos anos, a atividade não pode ser confundida com a de garimpo ilegal.

O ministro ressaltou ainda os investimentos no segmento de gás natural e descartou mudanças abruptas no setor elétrico, como as feitas no passado.

O melhor aproveitamento do gás é uma das medidas para garantir a segurança alimentar, disse. "Não é possível ser dependente de 85% dos fertilizantes nitrogenados, por não ser competitivo em gás natural."

"O perfil do governo que ganhou a eleição tem um norte, que não é divergente dos investimentos privados, mas temos de dar respostas para a população. Sabemos como encontramos o país e temos de dar uma resposta aos brasileiros. Não se resolve nada nesses três setores nada na caneta, qualquer mudança tem de ser estrutural", acrescentou.

Segundo ele, o objetivo é integrar toda a cadeia de descarbonização do país.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 28 de março.